

O ENSINO NA PERSPECTIVA DA DIDÁTICA DO PORTUGUÊS: CONCEPÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Marciel Alan Freitas de Castro (PIBIC CNPq/ UERN)

Maria Raquel BEZERRA (PIBIC CNPq/ UERN)

RESUMO: O presente trabalho faz parte do projeto “O desafio de ensinar a leitura e a escrita no contexto do ensino fundamental de nove anos e da inserção do laptop na escola pública brasileira”. Neste trabalho tem-se o objetivo de se utilizar a psicologia como suporte para preparar o educando para as bases da leitura e da escrita, e apresentar reflexões sobre o desafio da formação de professores para a educação inclusiva. O trabalho se inicia com uma abordagem dos temas relevantes da concepção de educação inclusiva a fim de situar o leitor nesse novo paradigma de educação. Em seguida, é realizada uma análise acerca da psicologia da educação como ferramenta profissional docente para a educação inclusiva. Desta forma, faz-se necessário refletir sobre a formação de professores nessa perspectiva caracteriza-se como ação fundamental para que a inclusão educacional ocorra de fato na rede regular de ensino. Para subsidiar nossas discussões tomamos como base os estudos teóricos de autores como Almeida (2007), Martins (2006), Reis (2006), Mantoan (2006), Mittler (2003). Desse modo, pretende-se, com esse trabalho, suscitar reflexões, especificamente em professores de língua materna (LM) sobre o trabalho com dimensões de sílaba, letra, números, texto verbal e imagético e gêneros imbricam-se na constituição do letramento e na relação entre a escrita e a fala e as análises suscitadas nesse trabalho, na medida em que na educação infantil trabalha-se o gênero enquanto ferramenta ou uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações particulares e o texto como unidade básica e a materialização do gênero no objetivo de desenvolver as práticas de letramento dos alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de Professores; Educação inclusiva; Psicologia da educação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta algumas reflexões sobre a temática da educação inclusiva. Nele, as discussões desenvolvidas buscam reforçar a necessidade de se repensar e compreender a defasagem característica de um período de transição da Educação infantil para os primeiros anos do ensino fundamental, tendo em vista a construção de conhecimentos, as práticas pedagógicas que assegurem o direito a diversidade, o acesso ao conhecimento e a inclusão de todos os educandos.

Acolher a diversidade de indivíduos e contar com os progressos qualificados para a educação inclusiva. Desta forma, quando se pretende abordar o tema da Formação de Professores para a Educação Inclusiva, faz necessário antes tecer algumas reflexões sobre a inclusão e a educação.

Estes temas têm sido muito discutidos, refletido em inúmeras pesquisas nas áreas educacionais. Sobretudo, temas observando que a inclusão no ambiente escolar é essencial

para o fortalecimento da dignidade e exercício dos direitos humanos. Contudo, toda ruptura ou crise de paradigmas é permeada de incertezas ou inseguranças. Desta forma, faz-se necessário a busca de novas alternativas, conhecimentos que submetem a realização de tais mudanças.

Assim, o que se pretende alcançar com tais mudanças é, segundo Martins (2006, p.20), “Uma Pedagogia centrada no aluno e por sua vez, suscita a construção de uma sociedade que respeite a dignidade e as diferenças humanas”.

Portanto, vivenciamos que a “inclusão” vem influenciando as políticas e desafiando as comunidades em todo mundo. No Brasil, muito já se avançou, mas há ainda, muitos desafios a vencer e muitos outros a conquistar, principalmente no campo educacional.

METODOLOGIA

Uma vez que nos propusemos observar o trabalho do professor em sala de aula e o resultado dele na produção de textos dos alunos no que diz respeito à aplicação da língua portuguesa, em especial à fala e a escrita, houve necessidade de analisar atividades escritas pelas crianças em sala de aula. A análise feita levou em consideração as discussões e as observações teóricas e metodológicas relativas ao processo de ensino-aprendizagem de língua materna em que contempla os saberes a partir dos quais se desenvolve a linguagem e o ensino de língua portuguesa com base o seu ensino no ambiente escolar.

No âmbito específico da análise, em primeiro lugar foi selecionada a Escola Municipal Prof^a Nila Rêgo, onde foi feita uma visita a essa instituição e ali se estabeleceu contato com a direção da escola e com o Professor da Educação Básica, especialmente aquele que ministra suas aulas no ensino 1^a a 4^a série do Ensino Fundamental I, a fim de solicitar a permissão desse profissional para realizar o estudo na sala de aula.

Obtida a permissão de acesso a sala de aula, procedeu-se à primeira etapa do diagnóstico das aulas de língua portuguesa, da mesma forma a observação e as anotações com no que se refere à maneira como o professor transmitia os conhecimentos de Gramática Normativa.

Durante a observação das aulas analisou-se se era realizada atividades específicas só da escrita ou da fala, se ao ser realizado as aulas o que era, priorizado, qual o aspecto dessas “atividades” e em torno de que se voltava a escrita ou a compreensão dos textos, para á partir da leitura dos textos chegarem à conclusão do que o docente eleva na aula de língua materna,

se é a grafia do aluno, sua estrutura e coerência interna ou em torno de alguns objetivos: a descrição da prática do professor de português, tendo em vista aspectos relacionados a fala e a escrita da criança.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente trabalho tem- se o objetivo de se utilizar a psicologia como suporte para preparar o educando para as bases da leitura e da escrita, e apresentar reflexões sobre o desafio da formação de professores para a educação inclusiva, no intuito de investigar as condições de letramento engendradas nesse período de escolarização, visando compreender as defasagens características do período de transição da educação infantil para os primeiros anos do ensino fundamental.

Partindo dessa ideologia, o trabalho se encontra constituído da seguinte forma: a priori apresentam-se algumas reflexões sobre a temática da educação inclusiva. Nele, as discussões desenvolvidas buscam reforçar a necessidade de se repensar e compreender a defasagem característica de um período de transição da Educação infantil para os primeiros anos do ensino fundamental, logo após enfatiza-se algumas considerações para iniciar o processo de ensino/aprendizagem dos gêneros textuais por meio da oralidade e escrita, leitura e reescrita, abordando, ainda nesse momento, o conceito sobre domínio discursivo.

O trabalho apresenta também a relação entre gêneros, letramento e educação infantil. Por fim, há a experiência como um fator determinante do ensino/aprendizagem de um gênero discursivo em sala de aula. Vale salientar também a importância do ensino na perspectiva da didática do Português.

Para subsidiar nossas discussões tomamos como base os estudos teóricos de autores como Almeida (2007), Martins (2006), Reis (2006), Mantoan (2006), Mittler (2003). Desse modo, pretende-se, com esse trabalho, suscitar reflexões, especificamente em professores de língua materna (LM) sobre o trabalho com dimensões de sílaba, letra, números, texto verbal e imagético e gêneros imbricam-se na constituição do letramento e na relação entre a escrita e a fala.

1. A experiência como um fator determinante do ensino-aprendizagem de um gênero textual

O professor deve levar em conta que o aluno que chega à escola pela primeira vez já estabeleceu relações muitas expressivas com o mundo por intercessão de suas relações familiares ou de seu grupo social etc., pois a mente social do sujeito – atitudes, valores morais e éticos – forma-se pelas relações interpessoais estabelecidas nos grupos sociais. E tudo sem treinos especiais, sem sistematização de qualquer conteúdo da língua. Segundo Bakhtin (2002, p.79) “O indivíduo recebe da comunidade linguística um sistema já constituído, e qualquer mudança no interior desse sistema ultrapassa os limites de sua consciência individual”.

Nesta perspectiva, é preciso considerar que uma criança não deve se limitar ao domínio da escrita alfabética. Além desse domínio, ela deve ser capaz de fazer uso da escrita como uma prática social, por meio da leitura, produção e interpretação de textos, levando-se em conta os interlocutores e a situação de produção da linguagem.

Por isso o processo de alfabetização não pode centrar-se somente no domínio da letra, da palavra ou da frase que, isoladas, fora do contexto, não preparam a criança para produzir discursos orais e escritos, de acordo com as situações de comunicação das quais participa.

Não negamos que um dos objetivos mais importantes da alfabetização é ensinar a escrever; porém isso não significa que no final de um ano de alfabetização a criança já permaneça escrevendo tudo e com total correção. Antes de qualquer coisa, é necessário que o professor consinta que a criança faça suas experimentações, suas tentativas de acerto, suas descobertas.

Uma das preocupações que o professor deve ter no início do processo de alfabetização é de estimular o aluno a registrar o que pensa desde a alfabetização. Assim sendo, os seus registros iniciais poderão ser garatuhas, letras, desenhos, números, ou seja, ele vai escrever como acredita que um texto pode ou deve ser escrito. O aluno precisa compreender para que serve ler e escrever, isto é, qual é a função da leitura e da escrita.

As produções espontâneas, portanto, vão indicar os recursos que a criança utilizou para compreender a natureza da escrita. Nesse momento o professor deve subsidiar o aluno em todos os momentos, tornando-se o mediador entre o aluno e o objeto do conhecimento.

Diante do que é apresentado ao aluno em sala de aula, observa-se por parte dos estudiosos as mais diversas críticas quanto ao método de trabalhar práticas, princípios e políticas na área das necessidades educacionais especiais, sobretudo o ensino de língua portuguesa e os conteúdos diferenciados abordados no processo escolar, pois as práticas se desenvolvem em torno de uma gramática internalizada acerca da linguagem. Essas observações a partir do sentido de defender o ensino de gramática normativa nas escolas de

ensino fundamental e médio, mas ao momento da comunidade escolar refletir criticamente sobre o grande desafio da educação na atualidade, ou seja, a educação inclusiva com base na prática e ao uso da língua portuguesa.

Para reforçar a ideia que é importante a disseminação dos conceitos de “inclusão” e de “educação inclusiva”, achamos pertinente o que evidencia Martins(2006, p 18) “ Uma preocupação com todos os tipos de pessoa que se encontram excluídas da escola: do sexo feminino, pobres, negras, pessoas com deficiência ou altas habilidades, entre outros”.

Em estudos sobre as abordagens supracitadas nesse artigo, Reis (2006, p.30) argumenta e reforça que:

O conceito de necessidades educacionais especiais se amplia e passa a incluir, além das crianças portadoras de deficiência aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias que repetem continuamente os anos escolares, que não tem onde morar, que trabalham para ajudar no sustento da família, que sofrem de extrema pobreza ou que simplesmente, estão fora da escola, por qualquer motivo.

Portanto, a inclusão não se refere apenas ao aluno com deficiência, mas a todos que possuem algum tipo de dificuldade de aprender. A inclusão, conforme Mittler (2003 p.17), “Diz respeito e autodeterminação”. Desta forma é importante ouvir e valorizar o que os alunos têm a dizer, pois se tornarem relevantes buscar a efetivação de uma educação integrada na inclusão. O termo “integração” para Mantoan (2006, p.18),

Refere-se mais especificamente a inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes.

Em sua consonância a essa abordagem, Mittler (2003, p.34) expressa que:

A integração significa tornar as escolas regulares especiais através da transposição das melhorias práticas, dos melhores professores e dos melhores equipamentos das escolas especiais para o sistema regular de ensino, mesmo quando eles não parecem ser necessários.

Neste sentido, pensar em inclusão é fazer um movimento que busca representar a escola para que deixe de ser a escola da homogeneidade e possa ser a escola da heterogeneidade, para que a escola dê lugar à escola aberta a todos.

Segundo Mittler (2003, p. 34):

A inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagógica e formas de agrupamento das alunas nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça a linguagem de origem, background social, o nível de aquisição educacional ou deficiência.

Portanto, a inclusão requer uma mudança de perspectiva educacional, porque é bem mais ampla que a integração, não atinge apenas os alunos com deficiência, mas todas as demais, para que se obtenha sucesso na vida escolar. Nesse sentido, Mantoan (2004, p.81)

A inclusão escolar envolve basicamente, uma mudança de atitude com o outro: que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual topamos simplesmente na nossa existência e com o qual convivemos certo tempo, maior ou menor de nossas vidas. O outro é alguém que é essencial para nossa constituição como pessoa e dessa alteridade é que emana a justiça, a garantia da vida compartilhadora.

Desta forma um processo inclusivo implica em mudanças, tanto no sistema quanto na escola. E principalmente requer uma nova visão das pessoas, uma mudança de mentalidade, de forma que todos sejam respeitados independente de suas diferenças. Sendo assim uma escola inclusiva deve ser o modelo de escola de qualidade, promovendo o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos, involuntariamente de suas necessidades de aprendizagem, uma vez que é a escola a responsável por formar o cidadão.

Neste sentido, a educação inclusiva requer uma escola aberta para todos os alunos, visto que a educação orientada pela inclusão, é um instrumento eficaz na construção de uma sociedade que respeite as pessoas e suas diferenças, dando condições de uma educação capaz de atender às especificidades de cada indivíduo.

2. Reflexões sobre a Formação de Professores para a Educação Inclusiva

Um desafio que se coloca para a efetiva inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais é a falta de preparo de grande parte dos professores e mais especificamente, a falta de uma formação nos pressupostos da educação inclusiva ou especial.

Quando se trata da inclusão, os aspectos ligados á formação do professor devem ser especialmente considerados, uma vez que, o educador deve estar preparado a seguro para trabalhar com o aluno com necessidade educacional especial. Neste sentido, conforme ressalta Almeida (2007, p. 336), “Formar o professor é muito mais que informar e repassar conceitos;

é prepará-lo para outro modo de educar que altere sua relação com os conteúdos disciplinares com o educando”. Nesse sentido, é relevante expor que a formação inicial é um importante momento na formação docente, mas vale ressaltar que a formação do educador não deve se restringir e nem tão pouco extinguir-se na formação inicial. Ao contrário, deve ser relevante a formação continuada, pois o professor é um profissional que deve estar sempre em formação para atender as diferentes necessidades educacionais da atualidade.

Portanto, as redes de ensino superior, “precisam assumir de forma cada vez mais efetiva o seu papel de fundamentos de profissionais de ensino para atuar frente à diversidade do aluno nos diversos níveis de ensino”, conforme evidencia Martins (2006, p.21).

A psicologia educacional ou psicologia da educação estuda o processo de ensino aprendizagem nas crianças e adultos; a eficiência e eficácia das táticas e estratégias educacionais: bem como o estudo do funcionamento da própria instituição escolar enquanto organização.

A psicologia encontra-se como uma das disciplinas que precisa ajudar ao professor a desenvolver conhecimentos e habilidades, além das competências, atitudes e valores que possibilite ir construindo seus saberes ao longo de sua formação a partir das necessidades e desafios que o ensino, como prática social, lhe coloca no dia-dia. Dessa forma, poderá analisar ou investigar a própria atividade de ensino, para a partir dela, constituir e transformar os seus saberes como professor mediador de ensino, num processo contínuo de construção de sua identidade como professor.

É importante salientar que o conhecimento psicológico é eficaz no processo de ensino aprendizagem para contribuir e melhorar a compreensão e a explicação dos processos ou fenômenos educativos, porém o seu estudo deve facilitar igualmente a ampliação e o aprofundamento do conhecimento psicológico. Nessa perspectiva, a psicologia precisa ser ensinada nos cursos de formação de professores de maneira que supere uma apresentação de um conjunto de teorias e conceitos desvinculados dos problemas reais da atividade pedagógica, o que não auxilia o professor no desenvolvimento da motivação necessária para buscar conhecimentos e incorporá-los criativamente em sua prática pedagógica,

Visto que a psicologia da educação contribui para o desenvolvimento dos recursos subjetivos necessários para a prática pedagógica personifica-se nas decisões do professor, a fim de favorecer e direcionar o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno. Traduzir a prática do professor em atividade concreta e inteligente do professor permitindo e impulsionando a relação teoria e prática e criatividade. Considera que a ação pedagógica do professor como sujeito, está mediada, por um lado, pelo conjunto de recursos subjetivos

que o caracterizam em sua constituição histórica, entre eles suas motivações, capacidades, representações, valores, expectativas, projetos, etc. Em suma, é necessário prestar atenção especial aos processos de comunicação que se desenvolvem tanto na sala de aula na escola como todo e, sobretudo, constitui uma responsabilidade social que podemos e temos que assumir o quanto antes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizarmos este trabalho podemos perceber que o ensino de língua materna e seu uso suscitam muitas discussões acerca de como deve ser trabalhada no contexto escolar, pois muitas vezes ela é tratada nesse ambiente como se fosse à única variedade padrão da língua, pronta e acabada, não levando em consideração a evolução da mesma durante o tempo. Porém, sabemos que ela também é necessária, neste caso, o que tem que ser feito é conscientizar as pessoas de que não existe “Certo” e “errado” quando se fala em linguagem desde que haja comunicação, mas sim, variações, ou seja, formas diferentes de se comunicar através da língua, no nosso caso, a Portuguesa.

Assim, esperamos que nosso trabalho, possa contribuir, de forma satisfatória, para aqueles que pretendem seguir a profissão de professor de Língua Portuguesa e para aqueles que já a exercem, fazendo com que (re) pensem o ensino de língua materna, passando a exemplificá-la sempre a partir de uma situação real de uso. Assim devemos promover a conversão da escola em favor da educação inclusiva. Por políticas educacionais que priorizem a ampliação das competências relevantes para o pleno exercício da cidadania. Pela intervenção de uma escola que ponha a produção do conhecimento relevante e o acesso a ele no centro de seus objetivos, de sua atividade. Portanto, pensar na formação do professor, nessa perspectiva a fim de ajudar o “educador” a desenvolver conhecimentos e habilidades, além das competências, atitudes e valores que possibilitem ir construindo seus saberes ao longo de sua formação a partir das necessidades e desafios que o ensino, como prática social lhe coloca na sociedade.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Dulee Barras de et. oh. **Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão Educação**. CEI/USFM Santa Maria (RS). V. 32, n.2, 2007, P.327-342, Disponível em: <[http:// www. usfm.br/oe/ revista](http://www.usfm.br/oe/revista)> acesso em:27/10/2011

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna,2006.

_____ **Caminhos pedagógico da Educação Inclusiva**. In:Gaio, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (org). Caminhos Pedagógicos da educação especial. 2. Ed. Petrópolis- Rj: Vozes, 2004, P.79- 94.

MARQUES, Carlos Alberto; MARQUES, Luciana Pacheco. Do universal ao Múltiplo: as caminhadas da inclusão. In: LISITA, V.M.S. de S.. SOUZA, L.F.E.C (Orgs). **Políticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de janeiro: DP & A, 2003, P. 223- 239.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Inclusão escolar: algumas notas introdutórias: In: MARTINS, Lúcia de Araujo Ramos. et al (org). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis- Rj: Vozes, p. 17-26.

MITTER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Trad.: Windyz Brazão Ferreira Porto Alegre: Artmed, 2003.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. Educação inclusiva : **Limites e perspectivas**. Goiânia: Descubra, 2006.

